

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXX • Nº 159

Poder Judiciário Estadual

Recife, terça-feira, 26 de agosto de 2003

Salão Nobre do TJ recupera originalidade

Mais de 70 anos após inaugurado, o Salão Nobre, um dos ambientes mais luxuosos do Palácio da Justiça, está sendo totalmente restaurado. Esta é a primeira intervenção que visa resgatar e preservar as características originais, segundo os restauradores.

Por Sérgio Marcos

Chegar o mais próximo possível da configuração e tonalidades de cores originais adotadas à época da construção. Essa é uma das orientações principais do trabalho de conservação e restauração em curso na área interna do Salão Nobre, o ambiente de maior beleza do Palácio da Justiça, edifício construído no início do século XX para abrigar o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Piso, mobiliário e luminárias estão passando por processo de recuperação que vai desde a reconstituição das partes desgastadas à aplicação de pro-

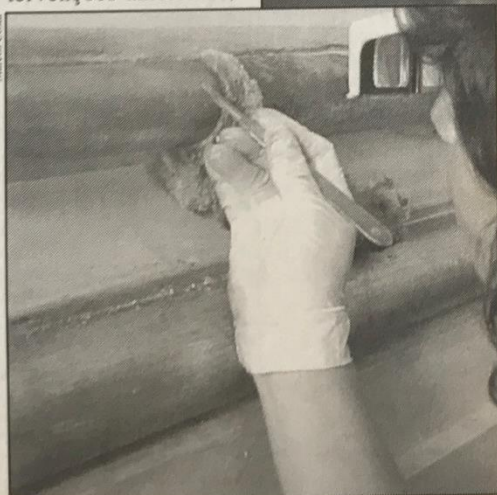
duto imunizadores contra a ação de fungos e insetos xilófagos (que se alimentam de madeira).

O trabalho, já em sua segunda etapa, também implica na remoção das camadas de tinta aplicadas sobre o dourado original dos entalhes em madeira e gesso do mobiliário e paredes. Essas aplicações foram feitas durante intervenções que objetivavam conservar o visual do ambiente, mas sem preocupação com detalhes técnicos e históricos da arquitetura.

"Em algumas áreas, os ornatos dourados foram encobertos, em intervenções anteriores,



Marcos Costa



Marcos Costa

À esquerda (foto superior), técnico realiza raspagem de camadas de purpurina sobre frisos dourados. Abaixo, detalhe de uma prospecção revela camadas de tinta com diversidade de cores aplicadas sobre as paredes do Salão Nobre. No alto, foto tirada durante visita de membros do governo Angolano ao TJPE revela detalhes da beleza arquitetônica de um dos locais mais visitados do Palácio da Justiça

por uma camada de purpurina, substância metalizada que, além de descaracterizar a originalidade da peça, tende a oxidar em curto prazo, alterando a cor. Nossa intenção é trazer à mos-

tra o douramento original, completando as partes desgastadas, sem pretender deixar uma aparência de novo", explica a arquiteta e restauradora Simone Arruda, da JP Arquitetura Construções e Restaur, empresa responsável pelos trabalhos.

Cada passo dos serviços é precedido por uma minuciosa prospecção sobre as superfícies a serem recuperadas. A tarefa implica numa raspagem cuidadosa com ajuda de bisturis para se chegar às cores e tonalidades primárias da obra.

Graças a uma dessas prospecções, a equipe coordenada por Simone descobriu que as paredes do Salão Nobre tiveram pelo menos três cores distintas, inclusive um cinza escuro, muito próximo do tom frequentemente utilizado em rodapés de construções populares, destoando totalmente da orientação arquitetônica clássica que caracteriza o ambiente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Vice-Presidente:
Des. Macêdo Malta

Corregedor-Geral:
Des. Ózuel Veloso

Assessor de Comunicação Social:
Carlos Sinésio

Redatores:
Izabela Pires Raposo, Sérgio
Marcos Feitosa, Roberta Tavares

Diagramação:
Sérgio Marcos Feitosa

Estagiárias:
Ana Cláudia Neves e Milena
Saraiva

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio
- Recife-PE

Fone: (81) 3419.3251 Fax 3424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Nosso endereço na Internet
<http://www.tjpe.gov.br>

Quem foi rei não perde a majestade

Sérgio Marcos

O Palácio da Justiça é um dos mais belos monumentos arquitetônicos do Nordeste. O Salão Nobre, local inicialmente reservado a realização de casamentos, expressa o ponto alto da majestosa obra. Hoje, o espaço tem uso restrito a solenidades especiais e recepção de autoridades importantes.

Recentemente, o presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares abriu as portas do Salão Nobre para receber o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Nilson Naves. Parte dos eventos comemorativos ao 181º aniversário do TJPE foram realizados no local.

A restauração projetada pela Presidência do Judiciário estadual pretende fazer justiça ao valor histórico e nobreza atribuída ao Salão ao lon-

go dos anos.

Depois da remoção das aplicações indevidas sobre o revestimento original dos ornatos do teto, paredes, lustres e metais das esquadrias, os restauradores irão reconstituir as partes de frisos deterioradas (*primeira foto ao lado*) e revesti-las com folha metálica.

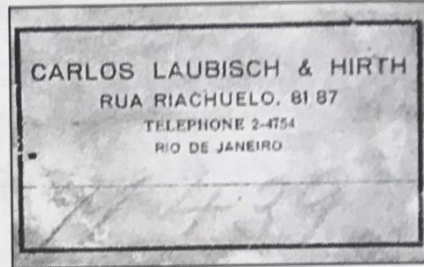
O revestimento das áreas onde houve perdas obedece ao método tradicional de aplicação de folha de ouro 23 quilates, nos pontos de maior desgaste. Onde a falha é menos visível - pequenos arranhões, por exemplo - a recomposição se dá com a aplicação de uma tinta especial de menor custo. O produto, à base de mica, é importado da França.

Esse processo foi realizado, na primeira etapa da restauração, com o mobiliário do Salão, composto por 14 cadei-

ras, dois canapés, dois consoles, uma mesa principal e quatro mesas laterais. No caso dos móveis, além da reconstituição dos detalhes em madeira, também foram limpas e polidas as peças de mármore que compõem as mesas.

Nesta fase, a busca pela originalidade esbarrou em uma dificuldade: a ausência de registros fotográficos ou gravuras que indiquem a estampa original do tecido dos assentos. Mas também houve uma surpresa positiva: os restauradores encontraram em algumas peças o selo de identificação da Carlos Laubrich (*foto no canto superior*), que provavelmente identifica o nome do fabricante dos móveis.

Segundo Simone Aruda, a fábrica Carlos Laubrich, com sede no Rio de Janeiro, no início do século XX desfrutava



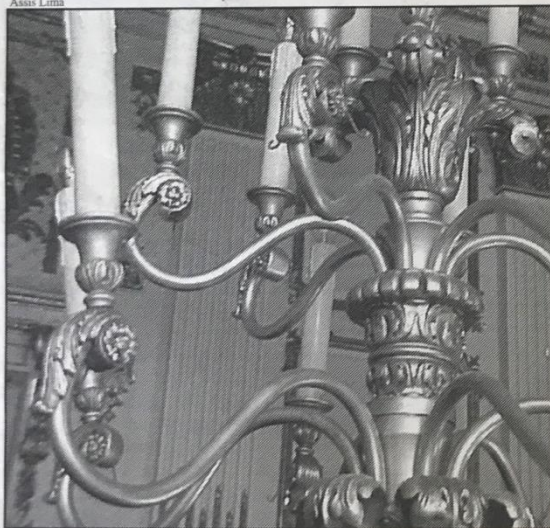
de grande conceito junto à aristocracia nacional. A descoberta gera uma polêmica, porque, segundo os autores de O Palácio da Justiça, os móveis teriam sido executados pelas Casas Leandro Martins e Cia, também com sede no Rio de Janeiro.

Em meio à dúvida sobre a autoria dos móveis, fica a certeza de que as peças compõem adequadamente com a arquitetura eclética do Salão Nobre (*foto ao lado*), típica dos palacetes da época.



Restauração das peças decorativas será concluída no mês de outubro

Assis Lima



A conclusão das obras de restauro está prevista para o final de outubro, mas muita coisa já foi totalmente recuperada, como os quatro candelabros (*primeira foto à esquerda*) de 12 braços e 16 pontos de luz; seis arandelas (luminárias fixas nas paredes) e duas luminárias de mesa. Todas as peças são entalhadas em imbuia (*abaixo à esquerda*), com ornamentos ricos em detalhes, provavelmente produzidos por artesãos portugueses, habilidosos na arte de esculpir madeira. São poucas as partes em metal.

O primeiro passo concluído foi o tratamento do piso (*foto à direita*), com substituição das partes desgastadas do soalho. A variação de temperatura ambiente e a própria ação do

tempo, segundo Simone, leva à soltura de peças e ao desgaste natural. Mas também devem ser consideradas as intervenções tecnicamente incorretas de manutenção realizadas ao longo dos 70 anos de existência do Palácio da Justiça. Para se ter uma idéia, basta registrar que entre as camadas aplicadas sobre os frisos dourados, os restauradores identificaram o uso tinta óleo. Apesar das ações do tempo e da aparente falta de cuidados e conhecimentos técnicos revelados nas intervenções passadas, de um modo geral as peças



apresentam bom estado de conservação. Nenhuma infestação de insetos xilófagos - cupim, broca ou polia - foi localizada. O trabalho maior, até agora, tem consistido no revestimento da

talha dourada. É o mesmo processo adotado em igrejas históricas. O método combina argila, gesso, cola de pele de coelho, formando o substrato que serve de base para a aplicação da folha de ouro.

